



CÓD: OP-204JH-24
7908403557394

MANOEL VIANA-RS

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA -
RIO GRANDE DO SUL**

Professor para Educação Infantil

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2024

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos: Assunto.....	7
2. Estruturação do texto	7
3. Ideias principais e secundárias. Relação entre as ideias	8
4. Efeitos de sentido.....	9
5. Figuras de linguagem	10
6. Recursos de argumentação.....	12
7. Informações implícitas: pressupostos e subentendidos	20
8. Coesão e coerência textuais	20
9. Léxico: Significação de palavras e expressões no texto	21
10. Substituição de palavras e de expressões no texto.....	21
11. Estrutura e formação de palavras	22
12. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	22
13. Aspectos Linguísticos: Relações morfossintáticas.....	23
14. Ortografia (emprego de letras e acentuação gráfica, sistema oficial vigente).....	25
15. Relações entre fonemas e grafias	25
16. Flexões e emprego de classes gramaticais. Vozes verbais e sua conversão	26
17. Concordância nominal e verbal	33
18. Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase).....	35
19. Coordenação e Subordinação: Emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos	36
20. Pontuação (regras e implicações de sentido)	41

Legislação

1. Lei Orgânica do Município (todos os artigos).....	51
2. Regime Jurídico dos Servidores Públicos e alterações (todos os artigos): Lei Municipal nº 72/1994.....	71
3. Constituição Federal de 1988: Artigos 1º ao 6º, 18, 19, 29, 29-A, 30, 31, 37 ao 41 e 44 ao 47	90
4. Lei Federal nº 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa	106

Fundamentos da Educação

1. Pensadores da educação	127
2. história da educação	128
3. Elementos da prática pedagógica: planejamento escolar e de aula, currículo, regimento, metodologias de ensino, projetos, avaliação, formação docente, técnicas didáticas	128
4. Teorias do conhecimento e da aprendizagem em suas diferentes abordagens e concepções pedagógicas	130
5. Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade transdisciplinaridade.....	131
6. Projeto político-pedagógico e proposta pedagógica da escola.....	131
7. Gestão democrática	132
8. Tipos de conhecimento.....	132
9. Os estágios do desenvolvimento cognitivo	132

ÍNDICE

10. Competências e capacidades.....	133
11. Inteligências Múltiplas	134
12. O lúdico na educação.....	140
13. Educação inclusiva	147
14. Dificuldades e transtornos de aprendizagem.....	153
15. Recursos tecnológicos e educação.....	157
16. Metodologias ativas	158
17. Obras: “Currículo: a atividade humana como princípio educativo”, “Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico” e “Avaliação: Concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar”, de Celso dos Santos Vasconcelos.....	159
18. Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão”, de Isabel Alarcão	159
19. Educação: um tesouro a descobrir”, de Jacques Delors.....	160
20. Política e educação: ensaios”, de Paulo Freire	171
21. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível”, de Ilma Passos Alencastro Veiga.....	172
22. Legislação: Base Nacional Comum Curricular - BNCC	173
23. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)	213
24. Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	214
25. Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	232
26. Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência).....	270
27. Lei Federal nº 10.639/2003 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana);	287
28. Lei nº 11.645/2008 (a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena).....	287
29. Lei Federal 13.722/2018 (Torna obrigatória a Capacitação em Noções Básicas de Primeiros Socorros de Professores e Funcionários de Estabelecimentos de Ensino Públicos e Privados de Educação Básica e de Estabelecimentos de Recreação Infantil).....	288

Conhecimentos Específicos

Professor para Educação Infantil

1. Atribuições do cargo	299
2. Ética no Serviço Público	299
3. O cotidiano na creche/escola: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais.....	300
4. História da Educação Infantil	306
5. Concepções de criança, infância e Educação Infantil.....	307
6. A organização dos tempos, dos espaços e dos materiais na Educação Infantil.	314
7. Fundamentos da Educação Infantil: Cuidados e primeiras aprendizagens.	316
8. Fazeres na educação infantil.....	316
9. Currículo na Educação Infantil.	316
10. Projetos na Educação Infantil.....	320
11. Avaliação na Educação Infantil.....	320
12. Currículo: como organizar e o que ensinar	323
13. Inclusão escolar	334
14. Família e instituição	339

ÍNDICE

15. Infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem	344
16. O cuidar e o educar	355
17. O brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro	357
18. Conceitos: movimento, tempo, cultura, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente.....	357
19. Jogos, brinquedos e brincadeiras na educação infantil: Recreação	358
20. Comportamento Infantil	365
21. Identidade e autonomia	366
22. Psicomotricidade	366
23. Blocos lógicos.....	367
24. Brincadeiras e jogos	368
25. Práticas artísticas na Educação Infantil	368
26. Desenho Infantil.....	368
27. Literatura Infantil, principais livros de literatura infantil.....	369
28. A arte e a musicalidade na Educação Infantil.....	370
29. Movimento e corporeidade na Educação Infantil.....	372
30. Conteúdos e Métodos da Educação Infantil: Alfabetização	378
31. Matemática na educação infantil.....	381
32. Política Nacional de Alfabetização	389
33. Articulação da escola com a sociedade contemporânea	389
34. Aprendizagem como processo de construção do conhecimento	390
35. O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem	390
36. A proposta pedagógica realizada com o coletivo da escola	390
37. A prática docente e as necessidades da educação atual	391
38. Interação professor/aluno: o papel de cada um	391
39. Alfabetização e letramento na educação infantil.....	391
40. Documentação Pedagógica.....	393
41. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: Resolução nº. 5, de 17 de dezembro de 2009 do CNE)	393
42. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	395
43. Tendências e Concepções pedagógicas.....	395
44. Projeto Político Pedagógico	397
45. n. Fundamentos da Educação: Pensadores da educação e história da educação.....	397
46. Elementos da prática pedagógica: planejamento escolar e de aula, currículo, regimento, metodologias de ensino, projetos, avaliação, formação docente, técnicas didáticas	397
47. Teorias do conhecimento e da aprendizagem em suas diferentes abordagens e concepções pedagógicas	397
48. Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade.....	398
49. Projeto político-pedagógico e proposta pedagógica da escola.....	398
50. Gestão democrática	398
51. Tipos de conhecimento. Os estágios do desenvolvimento cognitivo. Competências e capacidades.....	398
52. Inteligências Múltiplas	398
53. O lúdico na educação.....	398
54. Educação inclusiva	398
55. Dificuldades e transtornos de aprendizagem	398
56. Recursos tecnológicos e educação.....	398

ÍNDICE

57. Metodologias ativas.....	398
58. Educação e Relações Étnico-raciais.....	398
59. Estudo do desenvolvimento e aprendizagem, com ênfase na infância	400
60. A constituição do currículo como campo de estudos: diferentes teorias/concepções de currículo.....	401
61. Currículo e conhecimento escolar	401
62. Cultura escolar e currículo	401
63. Currículo e culturas: identidade e diferença.....	401
64. Relações de gênero, sexualidade e étnico-raciais no currículo.....	402
65. Políticas curriculares no âmbito nacional, estadual e local.....	402
66. Materiais didáticos na efetivação do currículo	402
67. Estudo das teorias basilares da educação e seus desdobramentos contemporâneos.....	403
68. Disputas entre antigos e modernos	403
69. Formação humana entre indivíduo e sociedade.....	404
70. Educação: igualdade e liberdade	404
71. Pensamento pedagógico brasileiro	404
72. O histórico da didática e o processo de escolarização	405
73. A constituição da didática nas práticas de ensino no contexto da escolarização brasileira.....	408
74. As diversas funções da docência: o ensino, a organização da aula e da escola, as atividades coletivas e a relação com o contexto social.....	409
75. O conhecimento escolar e a prática pedagógica	409

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS: ASSUNTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...**

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

Introdução: faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. Normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.

Desenvolvimento: elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.

Conclusão: faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.

Outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência.

Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Existem diversas formas de se estruturar cada etapa dessa estrutura de texto, entretanto, apenas segui-la já leva ao pensamento mais direto.

IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS. RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS

A arte da escrita é, em essência, a habilidade de comunicar pensamentos e ideias de maneira clara e persuasiva. O sucesso desta comunicação depende em grande medida da organização e estrutura dos parágrafos, as menores unidades de construção de um texto. Neste contexto, o tópico frasal emerge como uma ferramenta vital, servindo de bússola para o leitor, indicando a direção que o parágrafo tomará. Da mesma forma, as ideias secundárias expandem e aprofundam esse ponto central, proporcionando detalhes e nuances que enriquecem o argumento.

Contudo, sem os elementos relacionadores, estas ideias poderiam flutuar desconectadas, criando um texto fragmentado e difícil de seguir. Estes conectivos são, portanto, a cola que une o tópico frasal às ideias secundárias, garantindo que o texto seja mais do que a soma de suas partes, mas uma argumentação coesa e fluida. Ao compreender a interação entre esses componentes, é possível não só melhorar a habilidade de escrita, mas também aprimorar a capacidade de interpretar e avaliar textos de outros autores.

Tópico frasal: a base da argumentação

O tópico frasal é frequentemente visto como o coração pulsante de um parágrafo, estabelecendo seu ritmo e direção. Ele assume um papel primordial no contexto do texto dissertativo, funcionando como um farol que ilumina o caminho para o leitor, revelando o foco central do conteúdo que será desenvolvido no parágrafo em questão.

Definição e função

A definição de tópico frasal é clara: trata-se da sentença que introduz a principal ideia ou ponto a ser discutido no parágrafo. No entanto, seu papel vai além de uma simples introdução. Ele serve como um guia, indicando antecipadamente ao leitor a temática que será abordada, criando uma expectativa e, ao mesmo tempo, estabelecendo um compromisso por parte do escritor de se ater àquela ideia central.

Diferenciação e singularidade

Em um texto bem estruturado, cada parágrafo deve possuir um tópico frasal único, evitando repetições desnecessárias e garantindo que diferentes aspectos ou facetas de um argumento sejam abordados de maneira organizada. Esta singularidade permite que o leitor compreenda claramente a progressão lógica e temática do texto.

A relação com a tese ou argumento principal

O tópico frasal não apenas guia o desenvolvimento do parágrafo, mas também se relaciona diretamente com a tese ou o argumento principal do texto. Ele é um reflexo, uma ramificação dessa ideia central, trabalhando em conjunto para fortalecer o argumento do autor. Ao se deparar com um tópico frasal bem construído, o leitor pode imediatamente perceber a relevância daquele parágrafo para o argumento geral do texto.

Portanto, o tópico frasal não é meramente uma formalidade ou uma convenção estilística. Ele é uma ferramenta poderosa que, quando utilizada com eficácia, pode aprimorar a clareza, a organização e a persuasão de um texto. Assim, ao dominar a arte de

elaborar tópicos frasais precisos e relevantes, o escritor tem em mãos a chave para criar parágrafos impactantes e argumentações convincentes.

— Ideias secundárias: aprofundamento e detalhamento

Após a introdução de um tópico frasal em um parágrafo, surge a necessidade de explorar, detalhar e justificar essa ideia central. É nesse contexto que as ideias secundárias ganham relevância. Elas funcionam como pilares de sustentação do tópico frasal, enriquecendo a argumentação e fornecendo o suporte necessário para que a mensagem do autor seja compreendida em sua totalidade.

Natureza e propósito

As ideias secundárias, embora derivadas do tópico frasal, possuem sua própria identidade. Elas são multifacetadas, podendo apresentar evidências, exemplos, dados estatísticos, experiências pessoais, citações de especialistas, entre outros. Seu propósito primordial é servir de base para a afirmação feita no tópico frasal, conferindo-lhe legitimidade e profundidade.

Flexibilidade e diversidade

Ao contrário do tópico frasal, que deve ser claro e direto, as ideias secundárias têm a liberdade de explorar diferentes vertentes do tema em questão. Esta flexibilidade permite ao escritor adotar diferentes estratégias retóricas, seja para persuadir, informar ou entreter o leitor. Assim, dependendo da intenção do texto, as ideias secundárias podem variar em tom, estilo e conteúdo.

A sinergia com o tópico frasal

Por mais diversas e variadas que sejam, as ideias secundárias devem sempre manter uma relação direta e coesa com o tópico frasal. Esta sinergia garante que o parágrafo não se desvie de seu propósito inicial e que o leitor não se sinta perdido ou confuso durante a leitura. A consistência entre o tópico frasal e as ideias secundárias é fundamental para a integridade e eficácia do argumento.

— Elementos relacionadores: o que une as ideias

Na arte complexa da escrita, os elementos relacionadores atuam como sutis, mas cruciais, fios conectivos que tecem as ideias de maneira harmoniosa e lógica. Sem eles, mesmo os argumentos mais bem construídos podem se tornar fragmentados e desconexos, dificultando a compreensão do leitor e comprometendo a fluidez do texto.

Função e importância

Os elementos relacionadores são palavras ou frases que estabelecem relações de sentido entre as orações, sentenças ou parágrafos. Eles desempenham um papel crucial na construção da coesão textual, indicando ao leitor a relação lógica entre diferentes partes do texto, seja ela de adição, contraste, causa, consequência, entre outras. Ao orientar o leitor sobre como as ideias se conectam, esses elementos facilitam a interpretação e absorção do conteúdo.

Variedade de conectores

Existem diversos tipos de elementos relacionadores, e sua seleção deve estar em sintonia com a relação que se deseja estabelecer entre as ideias. Conjunções como “e”, “mas”, “portanto” e “porque”, além de locuções adverbiais como “em outras palavras”, “por exemplo” e “além disso”, são apenas alguns exemplos desses

conectivos. A diversidade desses elementos permite ao escritor escolher o conector mais adequado para a situação, garantindo precisão e clareza.

Uso equilibrado

Embora essenciais para a coesão do texto, os elementos relacionadores devem ser usados com parcimônia e discernimento. Um excesso desses conectivos pode tornar o texto repetitivo e maçante, enquanto a falta deles pode comprometer a fluidez e a coesão. O desafio é encontrar um equilíbrio, garantindo que o texto flua naturalmente e que as transições entre as ideias sejam suaves e lógicas.

Os elementos relacionadores, embora muitas vezes subestimados, são pilares fundamentais na construção de textos coerentes e coesos. Eles agem como pontes, ligando ideias e garantindo que o argumento se desenvolva de maneira lógica e fluida. Ao dominar o uso desses conectivos, o escritor é capaz de guiar o leitor por entre as nuances e complexidades do argumento, tornando a experiência de leitura mais enriquecedora e agradável.

A maestria na escrita não se restringe apenas à capacidade de apresentar ideias, mas também a habilidade de organizá-las de forma lógica e fluida. Nesse contexto, o tópico frasal, as ideias secundárias e os elementos relacionadores são componentes intrínsecos que, juntos, compõem a estrutura de um texto coeso e coerente. O tópico frasal serve como um norte, indicando a direção principal do argumento; as ideias secundárias aprofundam e enriquecem essa direção com detalhes e evidências; e os elementos relacionadores entrelaçam todas essas ideias, garantindo uma transição suave entre elas.

A verdadeira arte da escrita está, portanto, no equilíbrio e harmonia entre esses componentes, permitindo que o autor comunique suas ideias de forma clara, persuasiva e impactante. Em última análise, ao valorizar e aperfeiçoar cada um desses elementos, qualquer escritor tem o potencial de produzir textos que não apenas informam, mas também inspiram e provocam reflexão.

A relação entre ideias é um dos elementos mais importantes na construção de um texto coeso e coerente. A capacidade de conectar pensamentos e conceitos de forma lógica é fundamental para que o leitor possa compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

Essa conexão pode ser estabelecida de diversas maneiras, como por exemplo através de palavras-chave que indicam uma relação de causa e efeito, comparação, contraste, exemplificação, entre outras. Também é possível utilizar recursos de coesão textual, como pronomes e conectivos, para indicar a relação entre as ideias.

Além disso, é importante que as ideias apresentadas no texto estejam organizadas de forma coerente e estruturada. Isso significa que as informações devem ser apresentadas de forma clara e em uma ordem que faça sentido, de modo que o leitor possa acompanhar o raciocínio do autor e compreender a mensagem de maneira efetiva.

Vale ressaltar que a relação entre as ideias não se limita apenas à conexão entre frases e parágrafos, mas também envolve a relação entre o tema do texto e as informações apresentadas. É fundamental que o autor mantenha o foco no assunto abordado e estabeleça uma relação clara entre as ideias e o tema central do texto.

Portanto, para produzir um texto de qualidade e eficiente, é necessário dominar a habilidade de estabelecer relações entre as ideias apresentadas. Essa habilidade é essencial para garantir que o texto seja coeso, coerente e capaz de transmitir a mensagem de forma clara e objetiva ao leitor.

EFEITOS DE SENTIDO

A publicidade é uma das formas mais sofisticadas e impactantes de comunicação em nossa sociedade contemporânea. Sua eficácia depende em grande medida dos efeitos de sentido que consegue criar, buscando não apenas informar, mas também persuadir e, em última instância, induzir ao consumo. Entender esses efeitos de sentido é crucial para fomentar práticas de consumo mais conscientes.

Imagens e Simbolismo Visual

As imagens usadas na publicidade são selecionadas com muito cuidado para evocar determinadas emoções ou associações. Por exemplo, um comercial de perfume que mostra uma paisagem exótica pode querer transmitir uma sensação de luxo ou exclusividade. O simbolismo visual funciona em conjunto com o texto para reforçar a mensagem e torná-la mais persuasiva.

Tempo Verbal

O tempo verbal é outra ferramenta linguística sutil mas poderosa. Anúncios frequentemente utilizam o imperativo ("Compre agora!") para criar um senso de urgência, ou o futuro ("Você vai se sentir melhor") para evocar uma promessa de melhoria ou satisfação.

Jogos de Palavras e Figuras de Linguagem

Muitos anúncios usam jogos de palavras, metáforas ou outras figuras de linguagem para tornar a mensagem mais memorável ou envolvente. Esses recursos podem tornar a linguagem mais viva e apelativa, ao mesmo tempo que reforçam o apelo do produto ou serviço em questão.

Estratégias de Persuasão e Apelo ao Consumo

Todas essas técnicas linguístico-discursivas são usadas em conjunto com estratégias de persuasão comprovadas, como o apelo à autoridade, ao medo, à inclusão ou exclusão social, e outros. Estas estratégias buscam atingir aspectos emocionais e psicológicos do consumidor para influenciar seu comportamento de compra.

Consumo Consciente

Entender como essas técnicas funcionam é o primeiro passo para um consumo mais consciente. O consumidor informado pode reconhecer quando está sendo manipulado por efeitos de sentido habilmente construídos e, como resultado, tomar decisões de compra mais racionais e deliberadas. Isso não significa necessariamente evitar todo tipo de consumo, mas sim escolher comprar produtos e serviços que realmente atendam a necessidades legítimas e que sejam alinhados com os valores e prioridades individuais.

Os textos publicitários são ricos em recursos linguístico-discursivos que contribuem para sua eficácia persuasiva. Uma compreensão crítica dessas técnicas pode capacitar os consumidores a fazer escolhas mais conscientes, resistindo a impulsos induzidos artificialmente e contribuindo para uma sociedade mais sustentável e ética.

FIGURAS DE LINGUAGEM

As figuras de linguagem ou de estilo são empregadas para valorizar o texto, tornando a linguagem mais expressiva. É um recurso linguístico para expressar de formas diferentes experiências comuns, conferindo originalidade, emotividade ao discurso, ou tornando-o poético.

As figuras de linguagem classificam-se em

- figuras de palavra;
- figuras de pensamento;
- figuras de construção ou sintaxe.

Figuras de palavra

Emprego de um termo com sentido diferente daquele convencionalmente empregado, a fim de se conseguir um efeito mais expressivo na comunicação.

Metáfora: comparação abreviada, que dispensa o uso dos conectivos comparativos; é uma comparação subjetiva. Normalmente vem com o verbo de ligação claro ou subentendido na frase.

Exemplos

...a vida é cigana
É caravana
É pedra de gelo ao sol.
(Geraldo Azevedo/ Alceu Valença)

Encarnado e azul são as cores do meu desejo.
(Carlos Drummond de Andrade)

Comparação: aproxima dois elementos que se identificam, ligados por conectivos comparativos explícitos: como, tal qual, tal como, que, que nem. Também alguns verbos estabelecem a comparação: parecer, assemelhar-se e outros.

Exemplo

Estava mais angustiado que um goleiro na hora do gol, quando você entrou em mim como um sol no quintal.
(Belchior)

Catacrese: emprego de um termo em lugar de outro para o qual não existe uma designação apropriada.

Exemplos

- folha de papel
- braço de poltrona
- céu da boca
- pé da montanha

Sinestesia: fusão harmônica de, no mínimo, dois dos cinco sentidos físicos.

Exemplo

Vem da sala de linotipos a doce (gustativa) música (auditiva) mecânica.
(Carlos Drummond de Andrade)

A fusão de sensações físicas e psicológicas também é sinestesia: “ódio amargo”, “alegria ruidosa”, “paixão luminosa”, “indiferença gelada”.

Antonomásia: substitui um nome próprio por uma qualidade, atributo ou circunstância que individualiza o ser e notabiliza-o.

Exemplos

O filósofo de Genebra (= Calvino).
O águia de Haia (= Rui Barbosa).

Metonímia: troca de uma palavra por outra, de tal forma que a palavra empregada lembra, sugere e retoma a que foi omitida.

Exemplos

Leio Graciliano Ramos. (livros, obras)
Comprei um panamá. (chapéu de Panamá)
Tomei um Danone. (iogurte)

Alguns autores, em vez de metonímia, classificam como sinédoque quando se têm a parte pelo todo e o singular pelo plural.

Exemplo

A cidade inteira viu assombrada, de queixo caído, o pistoleiro sumir de ladrão, fugindo nos cascos de seu cavalo. (singular pelo plural)
(José Cândido de Carvalho)

Figuras Sonoras

Aliteração: repetição do mesmo fonema consonantal, geralmente em posição inicial da palavra.

Exemplo

Vozes veladas veludosas vozes volúpias dos violões, vozes veladas.
(Cruz e Sousa)

Assonância: repetição do mesmo fonema vocal ao longo de um verso ou poesia.

Exemplo

Sou Ana, da cama,
da cana, fulana, bacana
Sou Ana de Amsterdam.
(Chico Buarque)

Paronomásia: Emprego de vocábulos semelhantes na forma ou na prosódia, mas diferentes no sentido.

Exemplo

Berro pelo aterro pelo desterro berro por seu berro pelo seu [erro]

LEGISLAÇÃO

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (TODOS OS ARTIGOS)

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA.

NOS VEREADORES DA CAMARA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA, reuniões em assembleia, no uso das prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, afirmando a autonomia política e administrativa de que é investido do Município como integrante da Federação Brasileira, invocando a proteção de Deus, promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Município de Manoel Viana, parte integrante da República Federativa do Brasil, e do Estado do Rio Grande do Sul, organizar-se-á automaticamente em tudo o que respeite a seu peculiar interesse regendo-se por esta Lei Orgânica e demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos na Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o executivo.

§ 1º É vedada a delegação de atribuições entre poderes;

§ 2º O Cidadão investido na função de um deles não pode exercer a de outro.

Art. 3º Os limites do território do Município só poderão ser alterados por Lei estadual, observados os requisitos estabelecidos em Lei Complementar.

Redação alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

Art. 4º São símbolos do Município o brasão, a bandeira e o hino a Manoel Viana.

Art. 5º A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende o Município, ente autônomo, nos termos da Constituição Brasileira.

Redação do art. 5º alterada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

I - pela eleição direta dos vereadores do prefeito e vice-prefeito;

II - pela administração própria no que diz respeito ao seu peculiar interesse;

III - pela adoção de legislação própria.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 6º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:

I - organizar-se administrativamente, observadas à legislação federal e estadual;

II - decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

III - administrar seus bens, adquirir-los e aliená-los, aceitá-los, aceitar doações, legados e heranças e dispor de sua aplicação;

IV - desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em lei.

V - conceder e permitir os serviços públicos locais e os que lhe sejam concernentes;

VI - estabelecer os quadros de servidores do Município e estabelecer-lhes Regime Jurídico Único;

VII - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Plano Diretor dos Distritos, estabelecendo normas de edificações, loteamentos, zoneamentos, bem como diretrizes urbanísticas, visando à ordenação no território do Município.

VIII - estabelecer normas de prevenção e controle de ruído, da poluição, do meio ambiente, do espaço aéreo e das águas;

IX - regular o tráfego e o trânsito nas vias públicas municipais, atendendo às necessidades de locomoção das pessoas portadoras de deficiência física, além de observar as normas de segurança do cidadão, vedando-se, inclusive, o transporte de inflamáveis e tóxicos no perímetro central da cidade;

X - estabelecer serviços administrativos, necessárias à realização de seus serviços;

XI - promover, indiscriminadamente, a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e de limpeza urbana;

XII - licenciar estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e outros e caçar os alvarás de licença dos que se tomarem danosos à saúde, à higiene, ao bem estar público e aos bons costumes;

XIII - fixar os feriados municipais, bem como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e outros, na forma da Lei;

XIV - legislar sobre os serviços funerários e cemitérios, encarregando-se da administração dos públicos e fiscalizando os que pertencem a entidades particulares;

XV - interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e fazer demolir construções que ameacem a segurança coletiva;

XVI - regulamentar e fiscalizar as competições esportivas, os espetáculos e os divertimentos públicos;

XVII - legislar sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e moveis em geral, no caso de transgressão de lei e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bens apreendidos;

XVIII - estabelecer, mediante autorização legislativa, a política de desenvolvimento industrial e comercial, definindo em lei os locais de instalação, ouvindo-se as entidades representativas dos respectivos setores;

XIX - assistência pública, bem como de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

XX - promover a criação de programas de prevenção das causas de deficiência física e mental, bem como estabelecer programas de atendimento especializado para os mesmos;

XXI - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

XXII - prover sobre a prevenção e os serviços de extinção de incêndio;

XXIII - prover as instituições municipais de cunho cultural de condições necessárias para executarem suas atividades;

XXIV - suplementar a legislação federal e estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse.

XXV - criar, regular e fiscalizar a guarda municipal e de agentes controladores do trânsito no Município.

* Inciso XXV acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 003/99.

XXVI - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

* Inciso XXVI acrescentado pela Emenda Revistonal à Lei Orgânica nº 004/02.

Art. 7º O Município poderá celebrar convênios e consórcios públicos com a União, o Estado e outros Municípios para a realização de obras ou serviços públicos de interesse comum, observando o disposto em lei.

* Redação do art. 7º alterada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

Parágrafo único. Assinado o convênio, será dada ciência do mesmo a Câmara Municipal.

* Acrescido parágrafo único e suprimido os § 1º e § 2º pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 8º Compete ainda ao Município, concorrentemente com a União e o Estado, ou supletivamente a eles:

I - zelar pela saúde, higiene, segurança, assistência pública e o meio ambiente;

II - promover o ensino, a educação e a cultura;

III - estimular o melhor aproveitamento da terra e defendê-la contra as formas de exaustão do solo;

IV - abrir e conservar estradas e caminhos e determinar a execução de serviços públicos;

V - promover a defesa sanitária vegetal e animal, o controle de insetos e animais daninhos;

VI - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

VII - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, desde que considerados pelas entidades de direito;

VIII - amparar a maternidade, a infância, a velhice e os desvalidos, coordenando e orientando os serviços no âmbito do Município;

IX - estimular a educação e a prática desportiva;

X - proteger a juventude contra toda a exploração, bem como fatores que possam conduzi-la ao abandono físico, moral e intelectual;

XI - tomar medidas necessárias para restringir a mortalidade e a morbidez infantil, bem como medidas que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;

XII - incentivar o comércio, a indústria, a agricultura, o turismo, e outras atividades que visem ao desenvolvimento econômico;

XIII - fiscalizar a produção, a conservação, o comércio e o transporte dos gêneros alimentícios destinados ao abastecimento público;

XIV - exercer outras atribuições não vedadas pelas Constituições Federal e Estadual;

XV - promover e executar programas de moradias populares;

XVI - conservar e proteger as águas superficiais e subterrâneas, em ação conjunta com o Estado devendo estar previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município o zoneamento de áreas de preservação daqueles mananciais, utilizáveis para abastecimento às populações, sendo, no aproveitamento das águas superficiais e subterrâneas, considerado prioritário o abastecimento às populações, com programas permanentes de uso, conservação e proteção contra a poluição e super exploração.

XVII - legislar sobre meio ambiente.

* Inciso XVII acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 003/99.

SEÇÃO III DOS IMPEDIMENTOS

Art. 9º É vedado ao Município:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas subvencioná-los, embarcar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesses públicos;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

* Redação do art. 9º e dos incisos I, II e III alteradas e supressão dos incisos IV, V e parágrafo único pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. A Câmara Municipal é composta de 09 (nove) Vereadores, eleitos na forma da lei.

* Redação do art. 10 alterada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

I - são condições de elegibilidade para o mandato de Vereador:

- a) a nacionalidade brasileira;
- b) o pleno exercício dos direitos políticos;
- c) o domicílio eleitoral na circunscrição;
- d) a filiação partidária;
- e) a idade mínima de dezoito anos;

II - são inelegíveis os inavistáveis e os analfabetos;

* Acréscimo do inciso I e alíneas e inciso III pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

Art. 11. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, no Município, de 02 (dois) de fevereiro a 17 (dezessete) de julho e de 1º (primeiro) de agosto a 22 (vinte e dois) de dezembro.

* Redação do art. II alterada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

§ 1º Durante o período legislativo ordinário, a Câmara Municipal reúne-se, no mínimo, em uma sessão ordinária por semana;

§ 2º A forma como será a posse, a instalação, designação das Comissões representativas e permanentes, bem como a forma de juramento dos vereadores, será definida por esta lei e pelo Regimento Interno.

Art. 12. No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com a do mandato dos vereadores, a Câmara reunir-se-á nº 1º dia de janeiro para dar posse aos vereadores, prefeito e vice-prefeito, bem como eleger sua Mesa Diretora.

Parágrafo único. A Câmara Municipal de Vereadores reunir-se-á em sessão solene de instalação, independentemente de número, para a posse dos vereadores e, estando presente a maioria absoluta destes, proceder-se-á a eleição de sua Mesa Diretora, individualmente, cargo a cargo para o primeiro ano.

Art. 13. Ao presidente da Mesa, compete a Presidência da Câmara Municipal e, no seu exercício, representá-la judicial e extrajudicialmente.

Art. 14. O mandato da Mesa Diretora é de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

* Redação do art. 14 alterada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

Art. 15. A Câmara Municipal funcionará em sua sede própria ou em outro local eventualmente designado, no caso de qualquer impedimento.

Parágrafo único. Por deliberação do plenário, as sessões da Câmara só poderão ser realizadas em outro recinto, mediante requerimento de um terço dos vereadores, no mínimo 15 (quinze) dias antes, da reunião solicitada, dando-se ampla divulgação do dia, horário e local.

* Parágrafo único modificado pela Emenda Revisional nº 004/02.

Art. 16. A convocação extraordinária da Câmara cabe ao seu presidente, a 1/3 (um terço) de seus membros, à comissão representativa ou ao Prefeito.

§ 1º Nas sessões legislativas extraordinárias, a Câmara somente poderá deliberar sobre matéria da convocação.

§ 2º Para reuniões extraordinárias, a convocação dos vereadores será pessoal e com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

* Parágrafo segundo modificado pela Emenda Revisional nº 004/02.

Art. 17. Salvo disposições orgânicas em contrário, as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões serão tomadas por maioria absoluta dos votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara vota somente quando houver empate, quando a matéria exigir 2/3 (dois terços) e nas votações secretas.

* Alterada a redação do art. 17, suprimidos os §§ 1º e 2º e acréscimo do parágrafo único pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

Art. 18. As sessões da Câmara são públicas e o voto é aberto.

Parágrafo único. O voto é secreto somente nos casos previstos nesta Lei Orgânica, ou por deliberação do plenário.

Art. 19. A Câmara Municipal ou qualquer de suas Comissões poderão convocar os Secretários Municipais ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Prefeito Municipal para prestarem, pessoalmente, informações sobre o assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

* Artigo 19 modificado pela Emenda Revisional nº 004/07.

§ 1º Os convocados terão o prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis, justificadamente, por mais 05 (cinco) dias, comunicando previamente através de ofício em qual sessão comparecerão para prestar as informações solicitadas;

* § 1º modificado pela Emenda Revisional nº 004/02.

§ 2º Somente a maioria absoluta dos vereadores poderá deliberar sobre prorrogação de data que somente será apreciada em caso de enfermidade ou por motivo de força maior.

§ 3º O não comparecimento importará pena de responsabilidade.

Art. 20. A Câmara Municipal apreciará as contas do Município referentes a gestão financeira do ano anterior, até 30 (trinta) dias após o recebimento do respectivo parecer, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, o qual somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 21. Anualmente, até 60 (sessenta) dias a contar do início da sessão legislativa, a Câmara receberá em sessão especial o Prefeito, que informará, através de relatório, a situação em que se encontram os assuntos municipais.

* Artigo 21 modificado pela Emenda Revisional nº 004/02.

Parágrafo único. Sempre que o Prefeito manifestar propósito de expor assuntos de interesse público, a Câmara o recebera em sessão previamente designada.

Art. 22. A Câmara pode criar comissão parlamentar de inquérito para apurar fato determinado, nos termos do Regimento Interno a requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

SEÇÃO II DOS VEREADORES

Art. 23. Os vereadores eleitos na forma da Lei, gozam de garantias que a mesma lhe assegura, por opiniões, palavras e votos, proferidos no exercício do mandato.

Parágrafo único. Os vereadores têm livre acesso aos órgãos da administração direta ou indireta do Município, mesmo sem prévio aviso;

Art. 24. Os Vereadores não poderão:

- I - desde a expedição do diploma;

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargos, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam admissíveis ad nutum, mas entidades constantes da alínea anterior.

II - desde a posse;

a) ser proprietário, controladores ou diretores de empresas que goza de favor decorrentes de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nele exercer função remunerada;

b) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea a;

c) ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo;

Art. 25. Sujeita-se à perda de mandato o vereador que:

I - infringir qualquer das disposições contidas no artigo anterior;

II - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção de administrativa ou atentatórios as instituições vigentes;

III - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com decoro na sua conduta pública;

IV - fixar domicílio eleitoral fora do Município;

V - deixar de comparecer, injustificadamente, a 05 (cinco) sessões ordinárias, consecutivas ou a 05 (cinco) sessões extraordinárias consecutivas durante o recesso da Câmara.

Parágrafo único. Nos casos do artigo 25, inciso I e III, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, em votação secreta, mediante provocação da Mesa ou de partido político, representando na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 26. Extingue-se automaticamente o mandato do Vereador quando:

I - ocorrer seu falecimento ou renúncia por escrito;

II - estiver suspenso ou cassados seus direitos políticos;

III - ocorrer sua condenação por crime funcional ou eleitoral;

IV - deixar de tomar posse, sem motivo justificado, no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Verificados as hipóteses do artigo 25, inciso IV e V e artigo 26, incisos II, III e IV, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido políticos representados na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 27. Nos casos de licença a vaga por morte, renúncia ou extinção automática de mandato, o vereador será substituído pelo suplente, convocado nos termos da lei.

Art. 28. O Vereador licenciado para tratamento de saúde, receberá integralmente seus subsídios até o 15 (decimo quinto) dia, após sendo remunerado na forma da legislação própria.

Parágrafo único. Os subsídios iniciais serão fixados pelo menos 60 (sessenta) dias antes do pleito de casa legislação, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 31. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

I - legislar sobre todas as matérias atribuídas ao Município pelas constituições da União e do Estado e por esta Lei Orgânica;

II - votar:

a) plano plurianual;

b) a lei de diretrizes orçamentárias;

c) os orçamentos anuais;

d) as metas prioritárias;

e) o plano de auxílio e subvenções.

III - editar leis;

IV - Revogado.

V - legislar sobre o tributo de competência Municipal;

VI - votar leis que disponham sobre alienação e aquisição de bens imóveis;

VII - legislar sobre concessão de serviços públicos no Município;

VIII - dispor sobre a divisão territorial do Município, respeitando a legislação Federal e Estadual;

IX - legislar sobre a concessão e permissão de uso de bens municipais;

X - Revogado.

XI - deliberar sobre empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

XII - transferir, temporária ou definitivamente, a sede do Município quando o interesse público exigir;

XIII - cancelar, nos termos da lei, a dívida ativa do Município, autorizar a suspensão de sua cobrança e a elevação de ônus e juros;

XIV - legislar sobre aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação com encargos;

XV - deliberar sobre o projeto de Lei do Executivo, que autoriza a mobilizar ou alienar os bens, créditos e valores que pertençam ao ativo permanente do Município, bem como amortizar ou resgatar as dívidas fundadas e outras, desde que compreendam o seu passivo permanente;

XVI - legislar sobre a concessão de auxílio e doação a terceiros;

XVII - autorizar referendos e convocar plebiscito, desde que não contrariem leis federais e estaduais.

* Inciso IV e X revogados pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

Art. 32. É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

I - eleger sua Mesa, elaborar seu Regimento interno e dispor sobre sua organização e política;

II - propor a criação e extinção dos cargos de seu quadro de pessoal e serviços, dispor sobre seu provimento, bem como fixar e alterar seus vencimentos e outras vantagens.

III - representar pela maioria de seus membros, para efeito de intervenção no município;

* Inciso IV revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/07.

V - exercer a fiscalização da administração financeira e orçamentária do Município, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado e julgar as Contas do Prefeito;

VI - sustar atos do Poder Executivo que exorbitem da sua competência ou se mostrem contrários ao interesse público;

VII - fixar mediante lei os subsídios do Prefeito, do Vice-prefeito e dos secretários municipais, nos termos da Constituição Federal;

* Inciso VII modificado pela Emenda à Lei Orgânica nº 003/99.

VIII - autorizar o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito a afastar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;

Redação do inciso VIII modificado pela Emenda a Lei Orgânica nº 005/07.

IX - solicitar informações ao Prefeito Municipal e aos órgãos estaduais e federais, sobre assuntos referentes ao município, nos termos e limites da legislação.

Inciso IX modificado pela Emenda Revisional nº 004/02.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

PENSADORES DA EDUCAÇÃO

Os pensadores da educação são figuras importantes que contribuíram significativamente para o desenvolvimento e a evolução das teorias e práticas educacionais ao longo da história. Suas ideias e concepções influenciaram a forma como entendemos o processo de ensino e aprendizagem e ajudaram a moldar o campo da educação como o conhecemos hoje.

Esses pensadores oferecem uma ampla gama de perspectivas sobre a educação e seu papel na sociedade. Suas ideias continuam a inspirar educadores, pesquisadores e ativistas em todo o mundo, estimulando debates e reflexões sobre como criar ambientes de aprendizagem mais justos, inclusivos e transformadores.

Abaixo, destacarei alguns dos pensadores mais influentes da educação e suas contribuições:

Platão (427-347 a.C.)

Platão, discípulo de Sócrates, fundou a Academia em Atenas, considerada a primeira instituição de ensino superior do mundo ocidental. Em suas obras, como “A República” e “Menon”, Platão abordou questões fundamentais sobre a natureza da educação e a formação de cidadãos virtuosos. Ele defendia a ideia de que a educação deveria ser voltada para a busca da verdade e do conhecimento, visando ao desenvolvimento integral do indivíduo.

Aristóteles (384-322 a.C.)

Discípulo de Platão, Aristóteles também teve uma profunda influência na educação ocidental. Em sua obra “Ética a Nicômaco” e em “Política”, ele discute sobre a formação do caráter e a importância da educação para o desenvolvimento moral e intelectual dos indivíduos. Aristóteles defendia uma abordagem equilibrada da educação, que combinasse o desenvolvimento intelectual, moral e físico.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Rousseau foi um filósofo e escritor suíço-francês cujas ideias influenciaram profundamente a pedagogia moderna. Em sua obra mais famosa, “Emílio, ou Da Educação”, Rousseau propôs uma abordagem educacional baseada na natureza e no desenvolvimento natural da criança. Ele enfatizava a importância de respeitar os interesses e necessidades individuais da criança, promovendo a autonomia e a liberdade de pensamento.

Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827)

Pestalozzi foi um educador suíço conhecido por sua abordagem humanista e centrada na criança. Em suas obras, como “Como Gertrudes Ensina Seus Filhos” e “Leonardo e Gertrudes”, Pestalozzi defendia a importância da educação moral e prática, baseada na observação e na experiência direta. Ele enfatizava a necessidade de adaptar o ensino às habilidades e interesses individuais de cada criança.

Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852)

Froebel foi um educador alemão conhecido como o fundador do jardim de infância. Ele desenvolveu uma abordagem educacional centrada na importância do jogo e da atividade criativa na aprendizagem infantil. Seu método enfatizava o papel do educador como um facilitador do desenvolvimento natural da criança, proporcionando um ambiente rico em estímulos e oportunidades de aprendizagem.

John Dewey (1859-1952)

Dewey foi um filósofo e educador americano cujas ideias tiveram um impacto profundo na pedagogia moderna. Em obras como “Democracia e Educação” e “Experiência e Educação”, Dewey defendia uma abordagem pragmática e experimental da educação, baseada na aprendizagem pela experiência e na resolução de problemas reais. Ele via a escola como uma comunidade democrática onde os alunos poderiam aprender a pensar criticamente e a se engajar ativamente na sociedade.

Maria Montessori (1870-1952)

Montessori foi uma médica e educadora italiana conhecida por seu método educacional inovador, que enfatizava o respeito pelo desenvolvimento natural da criança. Seu método, baseado na observação cuidadosa das necessidades e interesses individuais das crianças, enfatizava o ambiente preparado e o uso de materiais didáticos específicos para promover a autonomia, a concentração e o aprendizado ativo.

Lev Vygotsky (1896-1934)

Vygotsky foi um psicólogo e educador russo cujas teorias sobre o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem social tiveram um impacto significativo na pedagogia. Ele desenvolveu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que destaca a importância da interação social e da colaboração na promoção do aprendizado. Vygotsky também enfatizou o papel do ambiente sociocultural na formação do pensamento e da linguagem das crianças.

Paulo Freire (1921-1997)

Freire foi um educador brasileiro conhecido por sua abordagem crítica e libertadora da educação. Em obras como “Pedagogia do Oprimido” e “Educação como Prática da Liberdade”, ele defendia uma pedagogia centrada na conscientização e na capacitação dos alunos para a transformação social. Freire enfatizava a importância do diálogo, da problematização e da ação coletiva na promoção da justiça social e da igualdade.

Howard Gardner (nascido em 1943)

Gardner é um psicólogo americano conhecido por sua teoria das inteligências múltiplas. Em seu livro “Frames of Mind”, ele propôs a existência de diferentes tipos de inteligência, como linguística, lógico-matemática, musical, espacial, interpessoal e

intrapessoal. Sua teoria desafia a ideia tradicional de inteligência como uma habilidade única e destacou a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de talentos e habilidades dos alunos.

Ivan Illich (1926-2002)

Illich foi um filósofo e crítico social austro-mexicano conhecido por sua crítica às instituições tradicionais de ensino. Em obras como “Deschooling Society”, ele argumentava que o sistema educacional moderno era opressivo e alienante, limitando o potencial de aprendizagem dos indivíduos e perpetuando desigualdades sociais. Illich defendia a desescolarização e a promoção de formas alternativas de aprendizagem autônoma e comunitária.

Jerome Bruner (1915-2016)

Bruner foi um psicólogo americano cujas contribuições para a psicologia cognitiva e a educação tiveram um impacto significativo no campo da aprendizagem. Ele propôs a teoria da “aprendizagem por descoberta”, que enfatiza o papel ativo do aluno na construção do conhecimento através da exploração, da experimentação e da resolução de problemas. Bruner também desenvolveu a teoria da “espiral curricular”, que sugere que os conceitos devem ser apresentados de forma gradual e em diferentes contextos para facilitar a compreensão dos alunos.

Carl Rogers (1902-1987)

Rogers foi um psicólogo americano conhecido por sua abordagem humanista da psicoterapia e da educação. Ele desenvolveu a teoria da “aprendizagem experiencial”, que enfatiza a importância da autoexploração, da autoaceitação e do crescimento pessoal na aprendizagem. Rogers acreditava que os educadores deveriam criar um ambiente de aprendizagem positivo e empático, no qual os alunos se sintam seguros para expressar seus pensamentos, sentimentos e experiências.

Michel Foucault (1926-1984)

Foucault foi um filósofo francês cujo trabalho sobre o poder, o conhecimento e a disciplina teve um impacto profundo na teoria educacional e nos estudos críticos. Em obras como “Vigiar e Punir” e “Microfísica do Poder”, Foucault examinou as instituições sociais, como a escola e a prisão, e como elas exercem controle sobre os indivíduos. Suas ideias desafiaram as concepções tradicionais de autoridade e hierarquia na educação, destacando a importância de questionar as estruturas de poder existentes.

Nel Noddings (nascida em 1929)

Noddings é uma educadora americana conhecida por sua abordagem ética e cuidadosa da educação. Em sua obra “Caring: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education”, ela argumenta que o cuidado e a compaixão devem ser fundamentais para a prática educacional. Noddings enfatiza a importância de desenvolver relacionamentos significativos entre alunos e professores, nos quais o cuidado mútuo e o respeito são cultivados.

Bell Hooks (nascida em 1952)

Hooks é uma autora, ativista e educadora americana conhecida por sua crítica ao racismo, sexismo e outras formas de opressão na sociedade e na educação. Em obras como “Ensinando para a Transgressão” e “Feminismo é para Todo Mundo”, ela defende uma abordagem crítica e inclusiva da educação, que reconheça e

valorize as diversas identidades e experiências dos alunos. Hooks também enfatiza a importância de promover a justiça social e a transformação pessoal e coletiva através da educação.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

— **Introdução**

A história da educação no Brasil se inicia com a chegada dos portugueses que trouxeram o modelo europeu de educação, cuja catequização realizada pelos padres jesuítas destinava-se principalmente ao ensino religioso, além de ensinar preceitos de comportamento branco europeu aos indígenas.

Isso se deu até o ano de 1759, quando ocorreu a expulsão dos jesuítas. A partir daí, a educação foi assumida pelo Estado e tornavam-se professores aqueles que possuíam um pouco mais de instrução.

— **A reforma de Benjamín Constant**

No Brasil República, Constant realizou ampla reforma no ensino, dividindo-o por séries de acordo com a faixa etária.

Em 1939, foi criado o curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)

A partir de 1971, houve a divisão em primário, ginásio e colegial e a obrigatoriedade até os 14 anos de idade.

— **A educação no Brasil na atualidade**

O Brasil é bem servido em termos de legislações referentes à educação. Porém, o grande desafio é cumprir as leis.

A desigualdade social constitui um enorme problema para que a qualidade da educação brasileira avance. As escolas públicas em sua grande maioria, carecem de investimentos e estrutura. A realidade é que a maioria das crianças brasileiras vai a escolar para se alimentar.

Outro lado da questão é o ensino privado destinado as camadas mais altas da sociedade que se constitui em verdadeiro comércio, deixando a qualidade de lado em busca de alunos.

Outro desafio, relaciona-se a formação dos professores que estão no mercado e precisam ser reciclados para sua atualização frente as mudanças necessárias para abandonarmos a escola tradicional autoritária e expositiva, que se afasta a cada dia dos estudantes, frente as tecnologias de informação e comunicação que dominam a sociedade contemporânea.

Assim, a superação das desigualdades sociais e a valorização do professor, com investimentos relacionados a formação profissional e remuneração, são fatores essenciais para a consolidação da qualidade da educação no Brasil.

**ELEMENTOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA:
PLANEJAMENTO ESCOLAR E DE AULA, CURRÍCULO,
REGIMENTO, METODOLOGIAS DE ENSINO, PROJETOS,
AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO DOCENTE, TÉCNICAS
DIDÁTICAS**

Os elementos da prática pedagógica são componentes essenciais que formam a base do trabalho educacional, contribuindo para a qualidade e eficácia do ensino. A seguir, detalho cada um desses elementos:

Planejamento Escolar e de Aula

Planejamento Escolar

- Objetivos e Metas: Definir os objetivos gerais da instituição e as metas a serem alcançadas durante o ano letivo.
- Calendário Escolar: Estabelecer um cronograma de atividades, aulas, avaliações e eventos.
- Distribuição de Conteúdos: Organizar os conteúdos a serem ensinados de acordo com as necessidades e características dos alunos.
- Recursos e Materiais: Planejar a utilização de recursos materiais, tecnológicos e humanos necessários para a execução das atividades.

Planejamento de Aula

- Objetivos Específicos: Definir os objetivos específicos de cada aula.
- Conteúdos: Selecionar os conteúdos que serão abordados.
- Metodologias: Escolher as estratégias de ensino mais adequadas para alcançar os objetivos.
- Recursos Didáticos: Planejar os materiais e recursos necessários para a aula.
- Avaliação: Definir os métodos de avaliação que serão utilizados para verificar a aprendizagem dos alunos.

Currículo

- Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Seguir as diretrizes estabelecidas pela BNCC, que define os direitos e objetivos de aprendizagem para cada etapa da educação básica.
- Componentes Curriculares: Selecionar os componentes curriculares (disciplinas) que serão oferecidos, de acordo com as necessidades e interesses dos alunos.
- Interdisciplinaridade: Promover a integração entre diferentes áreas do conhecimento, facilitando a compreensão dos alunos sobre o mundo de forma holística.
- Diversidade e Inclusão: Incluir no currículo temas que promovam a diversidade cultural, a inclusão social e o respeito às diferenças.

Regimento Escolar

- Normas e Regras: Estabelecer as normas e regras que orientam o funcionamento da escola.
- Direitos e Deveres: Definir os direitos e deveres dos alunos, professores, pais e equipe escolar.
- Disciplina e Convivência: Estabelecer critérios para a manutenção da disciplina e a promoção de um ambiente de convivência saudável.
- Avaliação e Promoção: Definir os critérios de avaliação, recuperação e promoção dos alunos.

Metodologias de Ensino

- Metodologias Ativas: Envolver os alunos ativamente no processo de aprendizagem, utilizando estratégias como aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem colaborativa, estudos de caso e resolução de problemas.
- Ensino Tradicional: Utilizar abordagens expositivas e centradas no professor, com foco na transmissão de conhecimento.

- Ensino Híbrido: Combinar atividades presenciais com atividades online, aproveitando as vantagens de ambos os ambientes.

- Educação Inclusiva: Adotar estratégias que garantam a participação e aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou características.

Projetos

- Projetos Interdisciplinares: Desenvolver projetos que integrem diferentes áreas do conhecimento, proporcionando uma visão mais ampla e contextualizada do conteúdo.
- Projetos Temáticos: Focar em temas específicos, permitindo uma abordagem aprofundada e contextualizada.
- Participação Ativa: Envolver os alunos na concepção, planejamento e execução dos projetos, promovendo autonomia e protagonismo.

Avaliação

- Avaliação Diagnóstica: Realizar avaliações iniciais para identificar o nível de conhecimento e as necessidades dos alunos.
- Avaliação Formativa: Utilizar avaliações contínuas e diversificadas durante o processo de ensino, com o objetivo de monitorar o progresso dos alunos e ajustar as estratégias pedagógicas.
- Avaliação Somativa: Aplicar avaliações ao final de um período de ensino (bimestres, semestres, anos) para verificar o cumprimento dos objetivos de aprendizagem.
- Autoavaliação: Incentivar os alunos a refletirem sobre seu próprio aprendizado e progresso.
- Avaliação Participativa: Envolver os alunos, pais e outros membros da comunidade escolar no processo de avaliação.

Formação Docente

- Formação Inicial: Garantir uma sólida formação inicial, que contemple tanto os conhecimentos específicos de cada área quanto os fundamentos pedagógicos.
- Formação Continuada: Promover programas de atualização e aperfeiçoamento contínuo para os professores, abordando novas metodologias, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas.
- Desenvolvimento Profissional: Incentivar a participação em congressos, seminários, cursos de extensão e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento profissional.

Técnicas Didáticas

- Aulas Expositivas: Utilizar a explicação oral para transmitir informações e conceitos.
- Debates e Discussões: Promover a troca de ideias e o desenvolvimento do pensamento crítico.
- Estudos de Caso: Analisar situações reais ou hipotéticas para aplicar o conhecimento teórico.
- Aprendizagem Colaborativa: Incentivar o trabalho em grupo e a cooperação entre os alunos.
- Laboratórios e Experimentos: Realizar atividades práticas para concretizar os conceitos teóricos.
- Recursos Multimídia: Utilizar vídeos, áudios, apresentações e outras ferramentas digitais para enriquecer as aulas.

- Gamificação: Aplicar elementos de jogos (desafios, pontuações, recompensas) no processo de ensino para aumentar o engajamento e a motivação dos alunos.

Os elementos da prática pedagógica são interdependentes e se complementam, formando uma base sólida para um ensino eficaz e significativo. O planejamento cuidadoso, a seleção de metodologias adequadas, a avaliação contínua e a formação docente são essenciais para criar um ambiente educacional que promova a aprendizagem, o desenvolvimento integral e o sucesso dos alunos. A prática pedagógica deve ser flexível e adaptável, respondendo às necessidades e características específicas de cada contexto educacional.

TEORIAS DO CONHECIMENTO E DA APRENDIZAGEM EM SUAS DIFERENTES ABORDAGENS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

— **Concepções e tipos**

O conhecimento ajuda o ser humano a compreender os diversos fenômenos que o cercam e, com base na interação entre Homem e ambiente, o conhecimento pode ser classificado em tipos. Conheça a seguir os principais tipos de conhecimento e suas concepções:

– **Conhecimento científico:** esse tipo de conhecimento está relacionado ao raciocínio analítico e crítico e também com a lógica. Constitui o contrário do senso comum, relacionado ao conhecimento empírico. Abrange fatos e informações que obtiveram comprovação a partir de uma metodologia que submete hipóteses a testes e análises científicas. Assim, o objeto de estudo é submetido a uma sequência de análises e experimentações que podem atestar ou refutar a hipótese levantada.

– **Conhecimento empírico:** o senso comum. Esse tipo de conhecimento tem origem na interação e na observação do ser humano com meio que o cerca. O conhecimento empírico não apresenta a autenticidade do científico, pois se baseia em experiências cotidianas. Inclusive, em razão disso, é chamado, muitas vezes, de “conhecimento vulgar” Nesse tipo de conhecimento, ao contrário do que ocorre no conhecimento científico, o objeto de observação não é submetido à reflexão crítica, estando restrito, portanto, à uma mera dedução de uma ação. Em razão de a sua assimilação se dar exclusivamente com base na observação e em deduções básicas, o conhecimento empírico é considerado superficial e passível de enganos.

– **Conhecimento filosófico:** a Filosofia está entre os dois conhecimentos abordados anteriormente, visto que ela surgiu com base na vida cotidiana do ser humano, mas, ao mesmo tempo, preocupa-se em especular e refletir criticamente sobre diversas questões. A construção do conhecimento filosófico se baseou na competência inerente ao ser humano de fazer reflexões racionais e lógicas. Ainda que sua natureza seja racional, o conhecimento filosófico não depende de uma metodologia específica, dispensando, portanto, a comprovação científica.

– **Conhecimento tácito:** por se fundamentar nas vivências individuais no decorrer da vida de cada pessoa, o conhecimento tácito se assemelha ao empírico, com a diferença de que o tácito constitui um saber peculiar do indivíduo, um conhecimento para si próprio. A sua explicação e a sua transmissão se dão via metodologias didáticas convencionais.

– **Conhecimento teológico:** esse tipo de conhecimento fundamenta-se na religião e na fé, nas quais seus adeptos creem conter verdades absolutas, capazes de explicar os mistérios que circundam a mente e a vida humana. O conhecimento teológico não demanda teste científico, e suas verdades são aceitas pela perspectiva do saber religioso. Os fundamentos dessa forma de conhecimento são as verdades inquestionáveis guiadas pela fé, que recebem o nome de dogma.

— **As formas de apropriação da realidade**

A apropriação da realidade que nos cerca auxilia o indivíduo a ultrapassar o senso comum e a participar de forma ativa de cada processo que envolve o meio no qual está inserido. Na escola, o estudo sobre a realidade local incrementa a abordagem didática, promovendo uma conduta proativa para o desenvolvimento, integrando uma educação que pode se tornar no dispositivo pedagógico e científico de transformação da sociedade local.

Para uma cidadania ativa, é necessário que o indivíduo esteja informado. Em seu artigo *Educação e apropriação da realidade local*, Ladislau Dowbor (2007) defende que o fator principal de desenvolvimento é a democratização do reconhecimento do território e de suas operações mais diversificadas. A apropriação da realidade deve ser trabalhada ainda na infância, para que, desde criança, os indivíduos desenvolvam a “capacidade de criar”, atributo este indispensável para que as experiências oferecidas nas escolas sejam ricas e diversificadas. A melhor forma de se atingir esse objetivo, nessa fase, é por meio de atividades guiadas por brincadeiras ou por técnicas de aprendizagens submetidas à uma intervenção direta.

As brincadeiras ou atividades lúdicas são a melhor forma de apropriação da realidade, pois: 1) a brincadeira constitui uma linguagem infantil que preserva a relação com o que não é “brincar”; 2) a brincadeira é uma atividade que se dá no plano imaginativo, portanto, não demanda que quem brinca venha a cominar a linguagem simbólica (ou seja, que seja alfabetizado); 3) toda forma de brincar representa uma imitação modificada e adaptada de uma realidade vivenciada anteriormente, seja no plano das ideias ou mesmo das emoções.

— **O conhecimento da escola**

O conhecimento da escola é a união dos saberes selecionados e transformados pelo corpo escolar, que tenciona prepará-los para que possam ser ensinados, e que, conjuntamente, constituem elementos para a formação política, ética e estética e do aluno. Essa tarefa também é desempenhada pelos autores de livros e materiais didáticos, que promovem a transformação do saber acadêmico, realiza a sua segmentação conforme os níveis e as etapas de escolaridade, estruturando-os em unidades e tópicos. Esses profissionais também são responsáveis pela ilustração e pela formação de questões que façam o aluno refletir e praticar o conhecimento transmitido.

Denomina-se transposição didática o processo em que conhecimento de diferentes áreas passa por profundas modificações para tornar-se conhecimento escolar. Além disso, para adentrarem a escola, os conhecimentos gerados nos diferentes componentes curriculares passam por uma recontextualização conforme a dialética que coordena as entidades educacionais.

Sendo que as escolas são entidades voltadas à formação de indivíduos, sejam crianças, jovens ou adultos, o conhecimento escolar dos diversos componentes passa não somente pela

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor para Educação Infantil

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do cargo de professor de educação infantil incluem:

1. Planejar e desenvolver atividades educacionais adequadas para crianças em idade pré-escolar.
2. Criar um ambiente de aprendizagem seguro, acolhedor e estimulante para as crianças.
3. Ensinar habilidades básicas, como linguagem, alfabetização, matemática, ciências e noções de artes.
4. Desenvolver e implementar estratégias de ensino para atender às necessidades individuais de cada criança.
5. Observar e avaliar o progresso das crianças, identificando áreas que precisam de apoio adicional.
6. Colaborar com outros profissionais da educação, pais e responsáveis para garantir o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças.
7. Promover a participação ativa dos pais na educação de seus filhos, fornecendo orientação e apoio quando necessário.
8. Participar de reuniões e treinamentos profissionais para aprimorar suas habilidades e conhecimentos como educador.
9. Manter registros precisos e atualizados do desenvolvimento e do progresso das crianças.
10. Criar e manter uma comunicação eficaz com os pais, fornecendo informações sobre o desempenho acadêmico e comportamental de seus filhos.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

A questão ética é um fator imprescindível para uma sociedade e por isso sempre encontramos diversos autores tentando definir o que vem a ser ética e como ela se interfere em uma sociedade.

O tema “Ética” é por si só polêmico, entretanto causa ainda mais inquietação quando falamos sobre a Ética na Administração Pública, pois logo pensamos em corrupção, extorsão, ineficiência, etc., porém na realidade o que devemos ter como ponto de referência em relação ao serviço público, ou na vida pública em geral, é que seja fixado um padrão a partir do qual possamos em seguida julgar a atuação dos servidores públicos ou daqueles que estiverem envolvidos na vida pública, entretanto não basta que haja padrão, tão somente, é necessário que esse padrão seja ético, acima de tudo.

Assim, Ética Pública seria a moral incorporada ao Direito, consolidando o valor do justo. Diante da relevância social de que a Ética se faça presente no exercício das atividades públicas, as regras éticas para a vida pública são mais do que regras morais, são regras jurídicas estabelecidas em diversos diplomas do ordenamento, possibilitando a coação em caso de infração por parte daqueles que desempenham a função pública.

Todas as diretivas de leis específicas sobre a ética no setor público partem da Constituição Federal (CF), que estabelece alguns princípios fundamentais para a ética no setor público. Em outras palavras, é o texto constitucional do artigo 37, especialmente o *caput*, que permite a compreensão de boa parte do conteúdo das leis específicas, porque possui um caráter amplo ao preconizar os princípios fundamentais da administração pública. Estabelece a Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

São princípios da administração pública, nesta ordem:

Legalidade
Impessoalidade
Moralidade
Publicidade
Eficiência

Princípios de natureza ética relacionados à função pública

Além destes cinco princípios administrativo-constitucionais diretamente selecionados pelo constituinte, podem ser apontados como princípios de natureza ética relacionados à função pública a probidade e a motivação:

a) Princípio da Probidade: um princípio constitucional incluído dentro dos princípios específicos da licitação, é o dever de todo o administrador público, o dever de honestidade e fidelidade com o Estado, com a população, no desempenho de suas funções. Possui contornos mais definidos do que a moralidade. Diógenes Gasparini¹ alerta que alguns autores tratam veem como distintos os princípios da moralidade e da probidade administrativa, mas não há características que permitam tratar os mesmos como procedimentos distintos, sendo no máximo possível afirmar que a probidade administrativa é um aspecto particular da moralidade administrativa.

b) Princípio da Motivação: É a obrigação conferida ao administrador de motivar todos os atos que edita, gerais ou de efeitos concretos. É considerado, entre os demais princípios, um dos mais importantes, uma vez que sem a motivação não há o devido processo legal, uma vez que a fundamentação surge como meio interpretativo da decisão que levou à prática do ato impugnado, sendo verdadeiro meio de viabilização do controle da legalidade dos atos da Administração.

Motivar significa mencionar o dispositivo legal aplicável ao caso concreto e relacionar os fatos que concretamente levaram à aplicação daquele dispositivo legal. Todos os atos administrativos devem

¹ GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

ser motivados para que o Judiciário possa controlar o mérito do ato administrativo quanto à sua legalidade. Para efetuar esse controle, devem ser observados os motivos dos atos administrativos.

Em relação à necessidade de motivação dos atos administrativos vinculados (aqueles em que a lei aponta um único comportamento possível) e dos atos discricionários (aqueles que a lei, dentro dos limites nela previstos, aponta um ou mais comportamentos possíveis, de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade), a doutrina é uníssona na determinação da obrigatoriedade de motivação com relação aos atos administrativos vinculados; todavia, diverge quanto à referida necessidade quanto aos atos discricionários.

Meirelles² entende que o ato discricionário, editado sob os limites da Lei, confere ao administrador uma margem de liberdade para fazer um juízo de conveniência e oportunidade, não sendo necessária a motivação. No entanto, se houver tal fundamentação, o ato deverá condicionar-se a esta, em razão da necessidade de observância da Teoria dos Motivos Determinantes. O entendimento majoritário da doutrina, porém, é de que, mesmo no ato discricionário, é necessária a motivação para que se saiba qual o caminho adotado pelo administrador. Gasparini³, com respaldo no art. 50 da Lei n. 9.784/98, aponta inclusive a superação de tais discussões doutrinárias, pois o referido artigo exige a motivação para todos os atos nele elencados, compreendendo entre estes, tanto os atos discricionários quanto os vinculados.

O COTIDIANO NA CRECHE/ESCOLA: ESPAÇO, ROTINA, AFETIVIDADE, ALIMENTAÇÃO, HIGIENE, CUIDADOS ESSENCIAIS

Rotina e planejamento são conceitos que caminham juntos.

Tudo o que fazemos na vida exige de alguma forma planejamento, das coisas mais triviais e mais simples às mais complexas e importantes. Tocante à importância que tem o planejamento para a vida nas suas distintas dimensões, as instituições educativas não fogem à regra. Organizar os espaços, tempos, rotinas e tudo que os compõem torna-se indispensável à medida que reconhecemos que “na realidade, o homem se constitui nas relações sociais, circunscritas num determinado tempo e espaço.” (SERRÃO. 2003, P. 26)

Uma parte importante do trabalho do educador é a tomada de decisões sobre o que se vai propor às crianças, ou seja, sobre o planejamento. O compromisso é a de buscar coerência entre o que se pretende trabalhar e as reais necessidades e possibilidades. Nesse sentido, é importante considerar: Como/por que pensar o planejamento na Educação Infantil? Como/por que pensar a organização da rotina nesses espaços? Questionamentos como estes amparam nossas preocupações ante a temática aqui proposta.

Apesar das muitas compreensões e pesquisas sobre o planejamento nas últimas décadas, especialmente na área de Didática, ainda são poucas as produções sobre o planejamento para a Educação Infantil. Isto justifica também a escolha aqui feita, do que advogamos que o planejamento seja pensado como auxílio para o levantamento de possibilidades de uma ação educativa.

Já a rotina, considerada sobretudo enquanto organização do tempo, parte do princípio de que alguns momentos devem ser planejados e organizados e, caso necessário, até repetidos cotidianamente. E isto, leva a continuidade das atividades desenvolvidas durante o tempo que está na escola. A rotina e o planejamento devem caminhar lado a lado, sempre juntos, a rotina serve para ajudar ao professor a escolher a metodologia que será utilizada e no tempo que será usado para as atividades contidas no planejamento.

Apesar da importância que tem, e isto parece posição unânime entre pesquisadores e mesmo entre os atores que compõem o elenco da escola, em muitas instituições de Educação Infantil (e não apenas nelas) isto parece não representar uma preocupação enquanto currículo praticado. Destarte, é de suma importância que a incumbência de planejar o dia a dia escolar seja organizado pelos docentes, em conjunto com a coordenação pedagógica da escola. É necessário também, que se assegure que a rotina seja apropriada para a faixa etária de cada turma.

A reflexão sobre planejamento e rotina torna-se necessária quando pensamos numa resignificação do tempo que as crianças passam dentro das instituições de Educação Infantil, sendo preciso repensar este tempo para que se construam novas e mais assertivas práticas pedagógicas.

A importância da rotina

A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil deve ser orientada pelo princípio básico de procurar proporcionar, à criança, o desenvolvimento da autonomia, isto é, a capacidade de construir as suas próprias regras e meios de ação, que sejam flexíveis e possam ser negociadas com outras pessoas, sejam eles adultos ou crianças.

Para se organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil se faz necessário antes de tudo, conhecer o grupo de crianças com os quais se irá trabalhar e conseqüentemente partir para o estabelecimento de uma seqüência de atividades diárias conforme as necessidades delas.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação (RCNEI) traz orientações sobre como organizar o trabalho didático com a criança para o estabelecimento da rotina e, explica que:

A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas. A apresentação de novos conteúdos às crianças requer sempre as mais diferentes estruturas didáticas, desde contar uma nova história, propor uma técnica diferente de desenho até situações mais elaboradas, como, por exemplo, o desenvolvimento de um projeto, que requer um planejamento cuidadoso com um encadeamento de ações que visam a desenvolver aprendizagens específicas. Estas estruturas didáticas contêm múltiplas estratégias que são organizadas em função das intenções educativas expressas no projeto educativo, constituindo-se em um instrumento para o planejamento do professor. Podem ser agrupadas em três grandes modalidades de organização do tempo. São elas: atividades permanentes, seqüência de atividades e projetos de trabalho. (BRASIL, 1989, p. 54-55, v.1).

Portanto, uma proposta pedagógica para o trabalho com as crianças envolveria a organização de diferentes atividades com variados materiais e em espaços físicos determinados para cada grupo de crianças. Com o ambiente organizado a criança procura explorar e descobrir aquilo que é familiar e o que é novo desconhecido, a criança age num clima de maior estabilidade e segurança.

2 MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1993.

3 GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

A rotina pode ser definida como uma sequência de diferentes atividades que acontecem no dia-a-dia utilizada nas instituições educativas para auxiliar o trabalho do professor, principalmente, para garantir um atendimento de qualidade para as crianças. Nas instituições de Educação Infantil, a rotina torna-se um elemento de segurança, uma vez que orienta as atividades das crianças e dos professores possibilitando a previsão de acontecimentos. Barbosa afirma que: A rotina é compreendida como uma categoria pedagógica da Educação Infantil que opera como uma estrutura básica organizadora da vida cotidiana diária em certo tipo de espaço social, creches ou pré-escola. Devem fazer parte da rotina todas as atividades recorrentes ou reiterativas na vida cotidiana coletiva, mas nem por isso precisam ser repetitivas. (BARBOSA, 2006, p. 201). A rotina permite que a criança oriente-se na relação espaço/tempo, conhecendo seu andamento, dando sugestões e sugerindo mudanças. Quando há uma rotina clara e bem definida, a criança se sente mais segura no ambiente escolar. Os momentos de rotina das crianças precisam permitir várias experiências. É importante levar em consideração três diferentes necessidades das crianças na organização da rotina: As necessidades biológicas, como as relacionadas ao repouso, à alimentação, à higiene e à sua faixa etária; as necessidades psicológicas, que se referem às diferenças individuais como, por exemplo, o tempo e o ritmo que cada um necessita para realizar as tarefas propostas; as necessidades sociais e históricas que dizem respeito à cultura e ao estilo de vida, como as comemorações significativas para a comunidade onde se insere a escola e também as formas de organização institucional da escola infantil. (BARBOSA; HORN, 2001 p. 68). É imprescindível que o professor compreenda que a criança é um ser social, cultural e histórico desde seu nascimento. Deste modo, se faz indispensável que o tempo e o espaço sejam preparados respeitando a lógica da vida humana em suas diversas dimensões. A rotina na não deve ser pensada como um processo mecânico a ser seguido pelo educador, mas como uma ferramenta que serve para dar segurança às crianças, tornando-se assim um instrumento pedagógico para o professor. A rotina na educação infantil pode ser facilitadora ou cerceadora dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Rotinas rígidas e inflexíveis desconsideram a criança, que precisa adaptar-se a ela e não ao contrário, como deveria ser; desconsideram também o adulto, tornando seu trabalho monótono, repetitivo e pouco participativo. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. (BRASIL, 1998, p.63). É importante enfatizar que a rotina não precisa ser rígida e nem limitada, mas deve ser flexível, rica, alegre e prazerosa. Segundo Bassedas, Huguet e Sole (1999): “[...] a palavra “rotina” tem, no seu sentido habitual, um caráter pejorativo, porque nos faz pensar em conduta mecânica. Já falamos anteriormente sobre a importância dessas atividades do ponto de vista do desenvolvimento. Tratam-se de situações de interação, importantíssimas, entre a pessoa adulta e a criança, em que a criança parte de uma dependência total, evoluindo progressivamente a uma autonomia que lhe é muito necessária.” (BASSEDAS, HUGUET e SOLE, 1999, p.2) Desta maneira compreende que rotina, não é algo negativo, como se fosse algo sistemático, que tem que seguir perfeitamente, a rotina, na realidade tem como propósito planejar o tempo e o espaço da educação infantil, de maneira que ela contribua nas atividades que o professor deve realizar com a criança, como na hora do banho, das brincadeiras do sono e da alimentação por exemplo.

Levando em consideração esses aspectos, cabe a escola e ao educador tornar perceptível a importância de planejar situações para ajudar as crianças a organizarem melhor suas informações e as

estratégias que encontram para solucionar as situações-problema que acontecem no cotidiano. A rotina atua como organizadora das experiências das crianças nas instituições escolares. É indispensável que se desenvolva o hábito de planejar e colocar em prática, através da rotina, esse planejamento. Pois, trabalhar na organização dos espaços, fazendo com que a criança se reconheça como parte do espaço faz com que para as crianças, a experiência na Educação Infantil seja mais tranquila.

A reflexão sobre planejamento e por conseguinte a rotina tem ampla importância quando se pensa na ressignificação do tempo que as crianças passam dentro das instituições de Educação Infantil, é preciso repensar este tempo para que se construam novas e mais assertivas práticas pedagógicas. A coordenação pedagógica e o educador que fazem parte da Educação infantil, precisam ter o comprometimento responsável de realizar o planejamento em detrimento das crianças ponderando sobre as leituras que falam acerca do desenvolvimento infantil, a criticidade das crianças e principalmente levar em consideração e debater as políticas voltadas para esta etapa da educação básica. Em suma, por mais que alguns educadores ignorem o planejamento e a rotina ambos são indispensáveis para o desenvolvimento intelectual e principalmente, para o desenvolvimento da criança como sujeito social independente.⁴

Higiene

Se existe algo que devemos estimular desde cedo as nossas crianças, é o hábito da higiene pessoal.

Segundo a definição, higiene é um conjunto de conhecimentos e técnicas para evitar doenças infecciosas usando desinfecção, esterilização e outros métodos de limpeza com o objetivo de conservar e fortalecer a saúde.

A importância da higienização deve-se começar na infância, pois é nesse momento que os hábitos de higiene são adquiridos e permanecem na vida adulta, e cabe aos pais, serem incentivadores nessa tarefa de educação e conscientização.

Logo nos primeiros anos, as escolas fazem esse trabalho de ensinar e informar, porém reforçar os hábitos para que façam dentro e fora de casa é muito importante para a saúde da crianças.

Esses hábitos devem ser mostrados, porém de nada adianta pedir para que seu filho faça se você mesmo não o ensina através de demonstrações e através do exemplo.

Acompanha-los nesse processo, escovando os dentes junto com ele antes de dormir ou mesmo lavar as mãos com você antes das refeições é muito mais educativo que simplesmente pedir para que faça toda vez que precisar.

O mais incrível, é que ao longo desse processo de educação, você perceberá que esses hábitos de higiene ficarão incutidos em seu filho, e ele o fará antes que você a peça para fazer.

Mas antes que isso aconteça, você terá que lembra-los constantemente.

Portanto, ter paciência, saber lidar com a situação e estabelecer um diálogo constante com o seu filho, o ajudará à adquirir os hábitos de higiene com muito mais rapidez.

Lembre-se sempre de estimular os hábitos de higiene e saúde em seu filho, pois a boa saúde contribuirá para o desenvolvimento e aprendizado dele.

⁴ Fonte: www.pedagogiaaopedaletra.com/www.pedagogia.com.br/www.editorarealize.com.br/

Sobre os diferentes tipos de higiene

A seguir os principais tipos de higienes que temos que ter atenção com as crianças:

1. *Lavar as mãos antes e depois das refeições, assim como depois de usar o banheiro*

Talvez este seja um dos mais importantes hábitos a ser ensinado ao seu filho, pois segundo estudos, a mão é a principal porta de entrada para infecções e doenças.

Lavar a planta das mãos, atrás e entre os dedos, ensaboando com sabão e enxaguando com água corrente, é de suma importância para mantê-las limpas.

2. Cortar e limpar regularmente as unhas

Cuidar das unhas não é apenas uma questão de estética. O espaço entre a unha e a pele é um lugar muito oportuno para o acúmulo de sujeiras e bactérias.

Portanto, é fundamental que a criança aprenda desde cedo à importância de limpar as unhas, mantendo-as corretamente aparadas, além de evitar o mau hábito de roer as unhas.

3. Tomar banho todos os dias

Como transpiramos ao longo do dia, é necessário que tomemos banho pelo menos uma vez ao dia e não poderia ser diferente com as crianças, ainda mais elas, que passam o dia brincando ou fazendo alguma atividade que demandam esforço.

Esta não é apenas uma questão de estética. O banho evita o acúmulo de micro-organismos capazes de provocar doenças.

4. Troca de fraldas

- Todo material necessário para a troca deve estar à mão para que não se deixe a criança sozinha na bancada.

- Lave a pele com água e sabão;
- Enxágue e seque bem para evitar assaduras;
- Coloque a fralda limpa;
- Evite que a criança manipule a fralda suja ou a pele com fezes.

Ao trocar a criança:

- Retire o excesso de fezes e/ou urina com algodão úmido ou lenço umedecido, passando sempre no sentido da genitália para o ânus, evitando o contato das fezes com a genitália;

Se a criança apresentar assaduras, aplique a pomada de óxido de zinco enviada pela mãe ou uma infusão de camomila. Caso haja prescrição médica para aplicação de outras pomadas ou medicamentos, siga as instruções médicas.

Após a troca de cada criança, é fundamental que o PDI:

- Lave bem as mãos;
- Limpe o local onde lavou a criança e o trocador onde ela estava antes de ser trocada.

Esses cuidados evitam que outras crianças ou a própria pessoa se contamine, adquirindo, por exemplo, uma parasitose;

- Descarte das fraldas - Descarte a fralda suja em saco plástico fechado, acondicionado em recipiente para lixo, com tampa acionada por pedal, exclusivo para este fim;

O lixo com as fraldas descartáveis deve ser retirado antes que fique cheio, para evitar o mau cheiro e para que possa ser fechado e transportado com facilidade e segurança para a área externa de lixo;

5. *Uso do penico ou vaso sanitário pelas crianças*

- Deve ocorrer sempre acompanhado pelo PDI.
- Observe se o penico ou o vaso sanitário está limpo;
- Evite que a criança entre em contato com fezes e/ou urina;
- Limpe a criança com papel higiênico, passando sempre no sentido da genitália para o ânus, evitando o contato das fezes com a genitália;
- Quando ocorrer o uso do penico, o conteúdo (fezes e/ou urina) deve ser desprezado no vaso sanitário. As fezes que restaram podem ser retiradas com papel toalha ou higiênico. Encaminhe o penico para higienização, conforme descrito mais adiante;
- Acione a descarga com o vaso tampado;
- Lave bem as suas mãos e as da criança.

6. *Dentes*

- A rotina de higiene bucal é muito importante. Antes mesmo que tenha dentes, pode-se iniciar a limpeza da boca do bebê por volta dos 4 meses de idade para que comece a se acostumar com esta prática de higiene bucal.

Proceda da seguinte maneira:

- Utilize gaze ou pedaço de fralda (exclusiva para esse fim) embebida em água filtrada;
- Limpar todas as partes da gengiva e da língua.

Quando a criança já tiver os dentes da frente (anteriores), a limpeza com gaze ou fralda poderá continuar da mesma forma, limpando também todas as faces dos dentes.

É fundamental higienizar os dentes depois das refeições e antes de dormir para remover e evitar a nova formação da placa de bactérias que provoca a cárie.

Quando a criança tiver os dentes do fundo (posteriores), inicia-se a limpeza com escova de dente (de cabeça pequena e cerdas macias) e pasta de dente sem flúor. Apesar dos benefícios do flúor na prevenção da cárie dentária, a ingestão diária de pasta de dente com flúor pela criança em idade precoce, que ainda não consegue controlar a deglutição, pode causar uma má formação dos dentes permanentes, chamada de fluorose dentária.

Pode-se também realizar a escovação dos dentes das crianças pequenas somente com água limpa, pois a escova removerá e evitará a formação da placa de bactérias.

É importante que:

- Cada criança tenha a sua própria escova de dente;
- A escovação seja feita em todas as faces dos dentes, com movimentos circulares sempre da gengiva em direção ao dente;

Recomenda-se usar a pasta de dente com flúor em pequena quantidade a partir dos 5 anos de idade, quando a criança já consegue cuspir, e os dentes permanentes anteriores já estão formados.

A escova deve ser trocada assim que for verificado o desgaste das cerdas, comprometendo a qualidade da escovação.

- Na face de mastigação do dente, o movimento mais indicado é o vaivém;

- A língua seja escovada para retirar a placa que nela também se forma;

- A escova deve ser bem lavada com água corrente e mantida em lugar limpo e arejado, em porta-escovas de dente individualizados, de modo seco para evitar o crescimento de fungos.

- Escovar os dentes ao acordar, depois das refeições e antes de dormir

A saúde bucal é outro hábito ao qual as crianças devem se habituar desde pequenas. Assegurar que elas lavem os dentes, pelo menos três vezes ao dia é o essencial!